

ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA MESBLA TRUST DE RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO S. A. PARA OFERTA PÚBLICA

Pelo presente instrumento, (1) como EMITENTE, MESBLA TRUST DE RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO S.A., companhia aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor nº 98, 7º andar, parte, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 39.527.759/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (2) como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta escritura, MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK, com sucursal na Av. Paulista nº 1294, 7º andar, na cidade de São Paulo - SP, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 46.518.205/0001-64, neste ato representado na forma de seu regulamento, vêm celebrar a presente Escritura de Emissão, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A Presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMITENTE, realizada em 1 de dezembro de 1992 e na Reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de dezembro de 1992.

II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A presente emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis Nº 6.385 de 07.12.76 e Nº 6.404 de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO

1) Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a presente emissão de debêntures, será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Gazeta Mercantil.

2) Registro de Escritura:

Esta escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

IV - DA EMISSÃO

A. Global

A presente emissão de debêntures observará as seguintes características:

01. Montante Total da Emissão - Cr\$ 1.000.000.000.000,00 (um trilhão de cruzeiros) na data da emissão;

02. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário - Serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) na data da emissão;

03. Séries - A emissão será feita em um número indeterminado de séries, sendo a 1ª Série composta de 500 (quinhentas) debêntures, na forma definida neste instrumento. As demais séries da emissão serão objeto de deliberação do Conselho de Administração da EMISSORA, por delegação da Assembleia Geral Extraordinária que autorizou a presente emissão.

04. Forma - As DEBÊNTURES serão nominativas, negociadas na forma prevista no sub item 12 abaixo, não serão conversíveis em ações.

05. Espécie - As DEBÊNTURES serão da espécie com garantia real representada pelo penhor de direitos creditórios adquiridos pela EMISSORA, na forma do Capítulo V.

06. Base de Remuneração - As DEBÊNTURES terão o seu valor nominal corrigido monetariamente pelo índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (aqui denominado apenas IGP-M).

06.1. Para o cálculo da atualização monetária, utilizar-se-á o índice do IGP-M do mês imediatamente anterior ao do evento, tanto o índice de início, quanto do fim do cálculo. Quanto a data de início ou término do prazo for o último dia útil do mês, utilizar-se-á o IGP-M do próprio mês.

06.2. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no dia 01 de cada mês, a Base de Remuneração será calculada utilizando-se o IGP-M "pro rata temporis", seguindo-se o seguinte critério:

a) atualizar-se-á o montante até o dia 01 do mês, utilizando-se o IGP-M divulgado para o mês anterior;

b) o valor apurado nos termos da alínea "a" supra, será corrigido por 80% (oitenta por cento) da variação da Taxa Referencial Diária ocorrida entre o dia 01 do mês e a data do vencimento;

c) após a divulgação do IGP-M do mês do vencimento, calcular-se-á o valor real do montante das obrigações, pela variação "pro rata temporis" de tal IGP-M, apurando-se a eventual diferença na data do vencimento;

d) a diferença apurada a favor dos debenturistas será a eles paga, ou, se a favor da EMISSORA, a ela devolvida, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da divulgação do IGP-M, devidamente atualizada por este índice, desde a data do pagamento inicial, até a do pagamento do ajuste, acrescido de juros à razão de 12% (doze por cento) ao ano e prêmio de 12% (doze por cento) ao ano, calculados exponencialmente e "pro rata temporis".

W

06.3. Na hipótese de extinção do IGP-M ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, os novos índices de reajuste ou aludidas alterações nos critérios de aplicação do IGP-M serão desde logo automaticamente aplicáveis a esta emissão.

07. Locais e Datas de Pagamento de Juros e Valor Nominal - O valor nominal das DEBÊNTURES, e os juros devidos serão pagos nas datas estabelecidas para os seus respectivos vencimentos, utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema, ou em instituições financeiras que vieram a ser oportunamente indicadas pela EMISSORA, com a aprovação do AGENTE FIDUCIÁRIO.

07.1 - Caso não haja expediente comercial ou bancário na data do vencimento no local onde o pagamento de qualquer obrigação deve ser efetuado, o respectivo prazo será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

08. Vencimento Final - Por ocasião do vencimento final a EMISSORA obriga-se a proceder a liquidação das DEBÊNTURES ainda em circulação, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente na forma do sub-item 06 e acrescido dos juros e prêmio, se houver.

09. Procedimento de Distribuição - Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

10. Amortização Parcial - Independentemente do Pagamento das Obrigações previsto acima, se ocorrer qualquer redução na garantia dessa emissão, sem a possibilidade de sua recomposição, visando evitar o vencimento antecipado da emissão, a EMISSORA amortizará parcela das debêntures, em iguais proporções entre os debenturistas, em percentual suficiente para reconstituir o nível de penhor previsto para essa Emissão, desde que aprovado pelos debenturistas em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

11. Decadência do Direito aos Acréscimos - As DEBÊNTURES, após o vencimento final, não vencerão juros, nem serão objeto de correção monetária, ressalvado o disposto no sub-item 13, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

12. Negociação - A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

13. Juros Moratórios - Serão devidos à taxa de 1% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento do valor nominal das DEBÊNTURES e incidirão sobre o total do débito em atraso, corrigido monetariamente, sem prejuízo de multa convencional irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o débito em atraso.

14. Aquisição Facultativa - A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir DEBÊNTURES em circulação no mercado, por preço não superior ao respectivo valor nominal atualizado monetariamente e acrescido de juros e prêmio, "pro rata temporis".

15. Da Publicação na Imprensa - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida das debêntures.

16. Fundo de Amortização - Será constituído um Fundo de Amortização das Debêntures, o qual será específico para cada uma das séries, a ser definido pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

B. Características dos Títulos da 1ª Série

01. Data de Emissão - Para todos os efeitos legais, especialmente a contagem dos acréscimos financeiros, a data-base dos efeitos financeiros da emissão das DEBÊNTURES (aqui denominada apenas DATA DE EMISSÃO) será o dia 01 de dezembro de 1992.

02. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário - Serão emitidas na 1ª Série, 500 (quinhentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) na data da emissão;

03. Prazo e Data de Vencimento - As debêntures terão prazo de vencimento em 1 (um) ano, a contar da data de sua emissão, vencendo-se em 01.12.93.

04. Preço de Subscrição - O preço de subscrição de uma debênture será aquele apurado em leilão para colocação pública das debêntures dessa 1ª Série ("Leilão"), sendo, no mínimo, seu valor nominal unitário, definido no item 2 supra, acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, calculados "pro rata temporis".

4.1. Tendo em vista que na data do Leilão ainda não terá sido divulgado o IGPM do mês de dezembro, o valor mínimo a ser considerado para o Leilão será o valor nominal definido no item 2 supra, atualizado pela Taxa Referencial Diária desde o dia 01.12.92 até o dia da liquidação do Leilão, acrescido dos rendimentos (juros e prêmio) calculados "pro rata dies". Quando do pagamento dos primeiros rendimentos, em 01.01.93, será apurada eventual diferença no preço mínimo, de acordo com a fórmula abaixo, ajustada pela variação do IGP-M desde o dia da liquidação do Leilão até 01.01.93, acrescida de juros e prêmio, calculados "pro rata temporis", cujo resultado será acrescido (se positivo) ou diminuído (se negativo) do valor a ser pago aos DEBENTURISTAS a título de rendimentos.

$$\text{Diferença} = \left(\frac{1 + \text{Variação IGPM entre 01.12.92 e dia da liquidação do Leilão}}{1 + \text{Variação TRD entre 01.12.92 e dia da liquidação do Leilão}} - 1 \right) \times \text{Valor Subscrição}$$

05. Forma de Pagamento - O preço de subscrição das DEBÊNTURES será pago, em moeda corrente no País, até 2 (dois) dias úteis da data de realização do Leilão para colocação das debêntures.

06. Juros Remuneratórios - A partir da data de início de rendimento, previsto abaixo, até seu vencimento, as debêntures farão jus a juros remuneratórios à razão de 12% (doze por cento) ao ano, calculáveis exponencialmente por dias decorridos, sobre o valor nominal atualizado conforme previsto na Assembléia

26

Geral supra-mencionada.

07. Prêmio - A EMITENTE pagará aos debenturistas um prêmio de 12% (doze por cento) ao ano, calculáveis exponencialmente por dias decorridos, sobre o valor nominal atualizado conforme a Base de Remuneração prevista neste instrumento.

08. Do Pagamento das Obrigações - (i) os Juros Remuneratórios e o Prêmio serão pagos mensalmente, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 01.01.93; (ii) haverá um prazo de carência de 6 (seis) meses para o pagamento do principal corrigido, findo o qual o saldo devedor será amortizado em 6 (seis) prestações mensais e sucessivas, nas mesmas datas de pagamento dos Juros e Prêmio, de acordo com os seguintes critérios:

8.1) No período de janeiro a junho de 1.993 serão pagos mensalmente juros e prêmio, sobre o principal atualizado monetariamente, no dia primeiro de cada mês, calculados conforme abaixo:

$$En = VE \times AMn \times (FC - 1)$$

$$(d/360)$$

$$FC = (1 + i)$$

onde:

En = valor da parcela (juros mais prêmio) devida no enésimo mês

VE = valor nominal da 1ª série na data de emissão

AMn = fator de atualização monetária referente ao mês de ordem "n", calculado pela variação acumulada do IGP-M (índice Geral de Preços do Mercado) da data da emissão até o vencimento da enésima parcela de juros e prêmio das debêntures

FC = Fator de correção do Valor Nominal

i = taxa anual de juros remuneratórios mais taxa anual de prêmio, representados na forma unitária

d = dias decorridos entre o dia primeiro do mês imediatamente anterior ao enésimo mês e o dia primeiro do enésimo mês

8.2) No período de julho a dezembro de 1.993 serão pagos mensalmente amortização, atualização monetária, juros e prêmio no dia primeiro de cada mês, calculados conforme abaixo:

$$An = \frac{VC \times ATn}{\begin{matrix} -(30/360) & -(61/360) & -(92/360) & -(122/360) & -(153/360) & -(183/360) \\ (1+i) & + (1+i) & + (1+i) & + (1+i) & + (1+i) & + (1+i) \end{matrix}}$$

An = valor do pagamento mensal, incluindo a amortização das debêntures, juros remuneratórios e prêmio, atualizados monetariamente.

2

VC = valor nominal da 1ª série na data de emissão atualizado pela variação acumulada do IGP-M da data da emissão até 01 de junho de 1.993.

ATn = fator de atualização monetária referente ao mês de ordem "n", calculado pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) de 01 de junho de 1.993 até o vencimento da enésima amortização das debêntures

i = taxa anual de juros remuneratórios mais taxa anual de prêmio, representados na forma unitária

8.2.1) o pagamento mensal acima divide-se em Principal e Juros mais Prêmios conforme cálculo abaixo:

$$P_n = A_n \times (1+i)^{-(d/360)}$$

$$E_n = A_n - P_n$$

onde:

Pn = valor da amortização das debêntures (principal) de ordem "n" atualizada monetariamente

d = 183 menos o número de dias decorridos entre 01 de junho de 1.993 e a data de vencimento da enésima parcela ("An").

09. Data do Início de Rendimento - As debêntures farão jus a rendimento (juros e prêmio) a partir do dia 01.12.92.

10. Fundo de Amortização - Será constituído um Fundo de Amortização das Debêntures, o qual será formado com os seguintes recursos:

a) do valor de emissão dos títulos, será segregada, antes da aquisição dos créditos que comporão sua Garantia Real, a quantia equivalente ao pagamento dos juros devidos no primeiro mês após a emissão, conforme tabela descrita na alínea "b" abaixo;

b) a partir deste fato, no dia 30 de cada mês (dia 28 em fevereiro de 1993), ou, caso este dia não seja útil, no primeiro dia útil subsequente, quando de recebimento dos créditos que compõem a Garantia Real, serão destinados ao Fundo de Amortização os recursos necessários para manter o seguinte nível mínimo:

Período	Saldo mínimo equivalente à
Data liquidação Leilão a 04.01.93	2% Valor Nominal Atualizado até 01.01.93 e Descontado (*), com vencimento em 04.01.93, para pagamento da 1ª parcela de rendimentos
30.12.92 a 01.02.93	2% Valor Nominal Atualizado até 01.02.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.02.93, para pagamento da 2ª parcela de rendimentos

Handwritten mark resembling a stylized 'H' or 'M'.

30.01.93 a 01.03.93	2% Valor Nominal Atualizado até 01.03.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.03.93, para pagamento da 3ª parcela de rendimentos
28.02.93 a 01.04.93	2% Valor Nominal Atualizado até 01.04.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.04.93, para pagamento da 4ª parcela de rendimentos
30.03.93 a 03.05.93	2% Valor Nominal Atualizado até 01.05.93 e Descontado (*), com vencimento em 03.05.93, para pagamento da 5ª parcela de rendimentos
30.04.93 a 01.06.93	2% Valor Nominal Atualizado até 01.06.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.06.93, para pagamento da 6ª parcela de rendimentos
30.05.93 a 01.07.93	19% Valor Nominal Atualizado até 01.07.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.07.93, para pagamento da 7ª parcela de rendimentos e amortização 1ª parcela do Principal
30.06.93 a 02.08.93	19% Valor Nominal Atualizado até 01.08.93 e Descontado (*), com vencimento em 02.08.93, para pagamento da 8ª parcela de rendimentos e amortização 2ª parcela do Principal
30.07.93 a 01.09.93	19% Valor Nominal Atualizado até 01.09.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.09.93, para pagamento da 9ª parcela de rendimentos e amortização 3ª parcela do Principal
30.08.93 a 01.10.93	19% Valor Nominal Atualizado até 01.10.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.10.93, para pagamento da 10ª parcela de rendimentos e amortização 4ª parcela do Principal
30.09.93 a 01.11.93	19% Valor Nominal Atualizado até 01.11.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.11.93, para pagamento da 11ª parcela de rendimentos e amortização 5ª parcela do Principal
30.10.93 a 01.12.93	19% Valor Nominal Atualizado até 01.12.93 e Descontado (*), com vencimento em 01.12.93, para pagamento da 12ª parcela de rendimentos e amortização 6ª parcela do Principal

=====

(*) Valor nominal atualizado e descontado: é o valor nominal total da 1ª Série da emissão atualizado pelo IGP-M e descontado pela taxa de juros do ativo financeiro componente do Fundo de Amortização pelo prazo remanescente da aplicação. Quando a taxa do ativo não for do tipo pré-fixada, utilizar-se-á a taxa diária apurada no último dia útil, projetando-se a mesma para os demais dias do prazo remanescente.

Obs.: Para o cálculo da correção pelo IGP-M deverá ser utilizado o quociente da

N

divisão do IGP-M do mês de atualização, "pro rata temporis", pelo IGP-M do mês de novembro de 1992. Quando o IGP-M do mês de atualização não for disponível, este será estimado com base na variação do último IGP-M divulgado.

A cada formação do Fundo de Amortização nos limites acima poderemos ter duas situações:

a) o Fundo de Amortização poderá estar em volume abaixo do mínimo exigido: neste caso, todo recebimento dos recebíveis da EMISSORA será direcionado para recomposição do saldo do Fundo de Amortização.

b) o Fundo de Amortização poderá estar em volume igual ou acima do mínimo exigido: neste caso, nenhuma alteração deverá ser feita no Fundo de Amortização (ou seja, o eventual excesso não será resgatado, permanecendo como uma antecipação de futuros depósitos).

10.1. Os recursos integrantes do Fundo de Amortização, enquanto não utilizados para o fim a que se destinam, deverão ser aplicados financeiramente, em uma das instituições relacionadas no § 1º do art. 16 do Estatuto Social da EMISSORA, em condições genericamente aprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, integrando a Garantia Real das debêntures.

10.1.1. As aplicações financeiras devem se limitar aos produtos de renda fixa e/ou fundos mútuos de renda fixa e/ou de aplicações financeiras.

V - DA GARANTIA REAL

1. Penhor - A EMISSORA constitui em favor dos debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, para garantia de todas as obrigações, principal e acessórias, decorrentes da emissão de que se trata, o penhor de direitos creditórios de que é ou será detentora a EMISSORA, resultantes de pagamentos de mercadorias e/ou serviços devidos à EMISSORA como cessionária de créditos, que preencham cumulativamente as seguintes condições:

a) sejam decorrentes da aquisição de bens e serviços junto a Mesbla Lojas de Departamentos S.A., devidamente formalizados, conforme comprovantes e outros documentos fornecidos pela mesma;

b) achem-se livres e desembaraçadas de ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais;

c) não apresentem parcelas vencidas na ocasião da cessão e não provenham de devedores que apresentem histórico de perda na ocasião da cessão;

d) achem-se enquadrados na política ordinária da concessão de crédito da Presta Administradora de Cartões de Crédito Ltda, a qual deverá ter sido aprovada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para os fins dessa cessão.

1.1. O valor global da garantia, durante a vigência da emissão, deve corresponder à, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo credor das debêntures garantidas em circulação.

1.1.1. Na hipótese prevista no sub-item 1.2. abaixo, a composição da garantia em

W

aplicações financeiras deverá respeitar os seguintes limites máximos, quanto à data de vencimento (resgate):

Vencimento ocorrendo entre os dias	Volume Máximo de Aplicação (*)
01.12.92 a 03.01.93	100,000%
04.01.93 a 01.02.93	98,223%
02.02.93 a 01.03.93	96,478%
02.03.93 a 01.04.93	94,764%
02.04.93 a 03.05.93	93,080%
04.05.93 a 01.06.93	91,427%
02.06.93 a 01.07.93	89,802%
02.07.93 a 02.08.93	74,156%
03.08.93 a 01.09.93	58,789%
02.09.93 a 01.10.93	43,694%
02.10.93 a 01.11.93	28,867%
02.11.93 a 01.12.93	14,304%

(*) O Volume Máximo de Aplicação refere-se a percentagens do montante total da 1ª Série dessa emissão de debêntures, com base em 01.12.92, atualizado pelo IGP-M acrescido de juros exponenciais de 24% ao ano até a data da aplicação financeira.

O volume de ativos que exceder o montante total da 1ª Série da emissão das debêntures, base 01.12.92, atualizado pelo IGP-M acrescido de juros exponenciais de 24% ao ano até a data da aplicação financeira, poderá ser aplicado pelo prazo máximo de 35 dias, independentemente dos limites acima especificados.

As aplicações financeiras devem se limitar aos produtos de renda fixa e/ou fundos mútuos de renda fixa e/ou de aplicações financeiras.

1.1.2. O enquadramento dos créditos no âmbito das regras definidas neste sub-item deverá ser objeto de revisão por auditoria independente.

1.2. A EMISSORA, a fim de manter o nível mínimo de garantia real referido no caput deste item V.1 e no sub-item V.1.1, poderá dar em caução títulos representativos de aplicações financeiras de suas disponibilidades transitórias de caixa, que deverão sempre ser realizadas em bancos, dentre aqueles definidos no Estatuto Social da EMISSORA, previamente aprovados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

1.2.1. Os recursos do Fundo de Amortização, que integram a garantia real das DEBÊNTURES, deverão atender aos requisitos dos itens 1.1. e 1.2. acima.

1.3. A guarda da documentação dos contratos cedidos caberá à PRESTADORA contratada nos termos do item 2.f. do Título 6 abaixo, na qualidade de fiel depositária, ou a outra sociedade escolhida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para tal fim.

1.4. Os créditos que se tornaram vencidos e não pagos por mais de 90 (noventa) dias, bem como aqueles que deixarem de atender aos requisitos previstos no item 1 deste Capítulo, deverão ser desconsiderados no cálculo do nível mínimo de garantia real.

1.5. A EMISSORA substabelece, por este ato, sem reservas de iguais, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter irrevogável, para que este possa efetivar a execução da garantia, os poderes recebidos dos cedentes dos direitos creditórios, a fim de poder emitir, em seus nomes, respectivamente, as notas promissórias ou outros títulos de crédito representativos das despesas efetuadas e consubstanciadas nos contratos ainda não vencidos e cujos créditos sirvam de garantia para a presente emissão, podendo exercer desde logo todos os poderes inerentes ao citado mandato, inclusive e especialmente junto ao(s) banco(s) cobrador(es) e mandatário referidos no sub-item 2, bem como praticar todos os atos previstos nos arts. 774, III e 792 do Código Civil. Os poderes ora substabelecidos poderão, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, serem substabelecidos à PRESTADORA, para a perfeita consecução dos compromissos por ela assumidos perante a EMISSORA.

1.6. Todos os documentos ou relações adicionais que forem encaminhados ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em virtude de substituição, reposição, complementação ou reforço de garantia, considerar-se-ão incorporados à escritura de emissão.

1.7. Quando houver substituição ou complementação da garantia prestada, os novos bens ou direitos dados em garantia ficarão sujeitos a todas as disposições deste Capítulo V.

1.8. Se os bens dados em garantia vierem a ser objeto de penhora, seqüestro, arresto, arrecadação em processo falimentar ou qualquer outra medida judicial ou administrativa ou, ainda, se sofrerem depreciação, desvalorização, ou tornarem-se inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das obrigações a cuja garantia se destinam, será obrigatória a substituição, reposição, complementação ou reforço da garantia, no prazo estipulado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

1.9. Se a garantia vier a tornar-se insuficiente em virtude de reajuste do débito da EMISSORA, será obrigatória a sua complementação ou reforço, na forma do sub-item anterior, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO, sob pena de vencimento antecipado das DEBÊNTURES.

1.10. Obriga-se a EMISSORA a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento de bens constitutivos da garantia real.

1.11. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá sobre os bens dados em garantia todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, podendo, na hipótese de inadimplemento, executar o penhor e, se for o caso, a caução dos outros títulos previstos no sub-item 1.2 supra, judicial ou extrajudicialmente, ou dispor dos bens mediante venda, cessão, transferência ou por qualquer outra medida, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia, público pregão ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial.

1.12. Do produto do recebimento dos créditos que compõem a garantia, parte do mesmo será aplicado financeiramente para fazer jus às amortizações parciais de juros, correção monetária e principal (Fundo de Amortização), ficando os títulos representativos dessas aplicações caucionados, também para garantia da presente emissão de debêntures. O saldo de tais recebimentos será utilizado para a aquisição de novos créditos, recompondo as margens de garantia das debêntures.

1.13. Os recursos oriundos da presente emissão de debêntures ficarão sob o controle do AGENTE FIDUCIÁRIO até que esse comprove a constituição da garantia a favor dos debenturistas, quando então serão entregues à EMISSORA, nos termos do art. 60, §2º da Lei nº 6404/76.

2. Banco(s) Cobrador(es) e Mandatário - Caberá à EMISSORA indicar, com a prévia aprovação do AGENTE FIDUCIÁRIO, o(s) banco(s) comercial(is) que ficará(ão) incumbido(s) de promover o recebimento dos créditos cedidos dos respectivos devedores e/ou da PRESTADORA, aplicar os recursos financeiros resultantes, bem como o Banco Mandatário, função a ser exercida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ao qual cabe transferir fiduciariamente, para o nome da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, as DEBÊNTURES a serem depositadas pelos participantes, transferir para o nome dos participantes as DEBÊNTURES a serem retiradas do sistema, bem como operacionalizar o exercício dos direitos relativos às DEBÊNTURES registradas no sistema.

VI. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO :

a) dentro de no máximo 13 (treze) dias após o término de cada mês, relatório relativo ao processo de cessão de créditos, incluindo o fluxo de caixa a ele relativo, com pelo menos todas as informações constantes do sub-item VI.1.1. abaixo;

b) dentro de no máximo 13 (treze) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

c) dentro de no máximo 58 (cinquenta e oito) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA ou à sua administração e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;

d) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 60, de 14.01.87, alterada pela Instrução CVM nº 73 de 22.12.87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada Instrução; e

e) prontamente as informações solicitadas e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou do auditor independente por ele contratado), legalmente constituídos e previamente indicados, visitem as dependências onde sejam conduzidos os negócios da EMISSORA, e que tenham acesso aos seus livros, registros contábeis e controle de todos os direitos creditórios, quer objeto da garantia, quer não;

f) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais, ordem do dia antes de a assembleia se realizar, e de todas as atas de reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial relativa aos serviços e atividades objeto deste Contrato.

1.1. O relatório referido no sub-item VI. 1.a. deverá conter, pelo menos, informações referentes a:

- a) fluxo de caixa do processo de cessão de créditos no período;
- b) taxa de juros ou desconto aplicada aos créditos cedidos;
- c) atendimento dos critérios de elegibilidade para a cessão de créditos estabelecidos nesta Escritura;
- d) volume absoluto e percentual de perdas e inadimplência na liquidação da Carteira de créditos global da Presta Administradora de Cartões de Crédito Ltda, englobando-se os créditos cedidos à EMISSORA;
- e) balancete e conta de resultados da EMISSORA abrangido pelo período;
- f) demonstrativo de despesas incorridas pela EMISSORA no período, discriminadas de forma a indicar as comissões de serviços e outras incorridas no período;

2. A EMISSORA obriga-se, ainda a:

- a) não realizar operações fora de seu objeto social;
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- d) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- e) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 2 (dois) dias úteis;
- f) contratar e manter contratada empresa(s) de prestação de serviços, aqui denominada apenas a PRESTADORA, aceitável para o AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual se responsabilizará(ão) pela administração e atividades operacionais da EMISSORA, sempre respeitando as restrições estabelecidas no item V supra, estabelecendo no contrato pelo menos as seguintes obrigações e restrições:
 - f.1) o contrato seja rescindido em caso de (i) fusão, cisão, incorporação da PRESTADORA ou de outra sociedade pela PRESTADORA, exceto se a empresa resultante de tais formas de reorganização possa prestar serviços da mesma qualidade, a juízo da Assembléia de Debenturistas, (ii) concordata ou falência da PRESTADORA, ou (iii) descumprimento das obrigações contratuais a

N

juízo do AGENTE FIDUCIÁRIO;

f.2) a PRESTADORA deverá obrigar-se a fornecer, sem quaisquer ônus, sempre que solicitado pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, cópias dos sistemas e registros de dados relativos aos créditos a receber;

f.3) em caso de rescisão do contrato, a PRESTADORA, deverá entregar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cópia dos sistemas e programas de computador utilizados na prestação dos serviços, inclusive o programa-fonte, tudo sem ônus para a EMISSORA ou para o AGENTE FIDUCIÁRIO, permanecendo a PRESTADORA, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do item 2.(a) do Capítulo IV desta Escritura, obrigada pela prestação dos serviços até o recebimento do crédito a receber de maior prazo;

f.4) o contrato deverá permitir o livre acesso ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou da EMISSORA, ou dos representantes por eles designados, às informações sobre os créditos a receber, sempre que solicitado, e sem custo para os solicitantes;

f.5) a PRESTADORA deverá identificar claramente em seus sistemas os créditos a receber da EMISSORA, assumindo a prestadora responsabilidade por qualquer falha na transferência dos recursos dos créditos a receber para a EMISSORA;

g) contratar auditor independente para examinar os relatórios referidos no item 1 deste Capítulo, bem como todo o processo de cessão dos direitos creditórios e outros bens que integram a garantia real dessa emissão, auditor esse que deverá ter sua indicação previamente aprovada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

VII. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente escritura, MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK, retro qualificado, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar a comunhão dos titulares das DEBÊNTURES perante a EMISSORA.

1. Remuneração - O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, com relação à 1ª Série, será de Cr\$ 606.037.015,00 (seiscentos e seis milhões, trinta e sete mil e quinze cruzeiros), a ser pago, corrigido pela variação da Taxa Referencial Diária ocorrida desde esta data até a data do efetivo pagamento, isto é, na data da liquidação do Leilão.

1.1. Nas demais séries, a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO será acordada com a EMISSORA, fazendo parte de aditamento à presente Escritura, juntamente com a definição das demais condições de cada série.

2. Substituição - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas, para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por

debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.1. - Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

2.2. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim, mediante a aprovação de debenturistas representando a totalidade dos títulos em circulação.

2.3. - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

2.4. - A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura.

2.5. - O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções à partir da data da lavratura da Escritura de emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

2.6. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

3. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e/ou registros magnéticos de informação (fitas e discos magnéticos) e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da EMISSORA;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f) exercer, especialmente quanto ao controle da efetividade e à realização da garantia real constituída em favor dos debenturistas, as seguintes atribuições:

f.1. contratar auditoria permanente, às expensas da EMISSORA, e de empresa especializada registrada na Comissão de Valores Mobiliários, referente a todo o processo de cessão de direitos creditórios e sua realização pela EMISSORA, caso a mesma não o faça, nos termos do item 2.9 do Capítulo VI desta emissão;

f.2. acompanhar, diretamente ou através de prepostos que vier a indicar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento do processo de transferência dos direitos creditórios a receber para a EMISSORA, sua realização e substituição, especialmente quanto ao nível de inadimplência dos devedores responsáveis pelo créditos cedidos e outros critérios de elegibilidade dos devedores responsáveis pelos créditos cedidos à EMISSORA, bem como dos demais créditos da Carteira Global da Presta Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

f.3. acompanhar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento do processo de transferência de direitos creditórios a receber da EMISSORA para Mesbla S.A. e/ou suas controladas e/ou sociedade de crédito, financiamento e investimento, se parcela(s) do contrato não for(em) liquidada(s) até a data do respectivo vencimento;

f.4. acompanhar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento detalhado do seu fluxo de caixa;

f.5. verificar a manutenção da relação mínima prevista no sub-item V.1.1 entre os direitos creditórios e o montante das DEBÊNTURES em circulação;

f.6. contratar outra prestadora de serviços na hipótese da EMISSORA não estar procedendo ao recebimento regular junto aos devedores originais do valor dos direitos creditórios cedidos.

g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das DEBÊNTURES;

i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;

j) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

k) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as

h

informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatórios mensais destinados aos debenturistas, com as informações previstas no artigo 68, §1º, alínea "b" da Lei 6.404/76, consolidados em relatório anual, os quais deverá conter, ao menos as seguintes informações:

m.1. eventual omissão ou inverdades de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

m.4. posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mercado e de outras debêntures porventura emitidas pela EMISSORA;

m.5. resgate e pagamento de juros das DEBÊNTURES realizados no período, por série, bem como aquisições e vendas de DEBÊNTURES pela EMISSORA e de outras debêntures porventura emitidas pela EMISSORA;

m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

m.7. cumprimento de outras obrigações assumidas por ela EMISSORA neste instrumento;

m.8. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar os relatórios mensais e o relatório anual de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de, respectivamente, 15 (quinze) dias do encerramento de cada mês e 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

n.1. na sede da EMISSORA;

n.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3. na CVM;

n.4. nas instituições que lideraram a colocação das DEBÊNTURES;

o) elaborar, mensalmente, sem prejuízo dos relatórios referidos na alínea "m" supra, análise dos relatórios relativo ao processo de cessão de crédito fornecidos pela EMISSORA na forma do sub-item VI 1.1.;

p) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos

h

debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "n";

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, tais como (i) a constituição regular pela EMISSORA do penhor previsto no sub-item V supra, (ii) a caução de títulos representativos de aplicações financeiras nos termos dos sub-itens V.1.1 e V.1.2., (iii) o substabelecimento de poderes referido no sub-item V.1.5., (iv) a indicação dos banco(s) incumbido(s) de promover o recebimento dos créditos cedidos, conforme o sub-item V.2., (v) o fornecimento dos relatórios sobre referidos no sub-item VI.1.a.;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 7 (sete) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas, na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;

s) caucionar, ou fazer com que sejam caucionadas, a favor dos debenturistas, a totalidade das Ações Preferenciais Classe A de emissão da EMISSORA. O direito de veto de tais ações será exercido pelo AGENTE FIDUCIÁRIO. Na hipótese desse entender que é do interesse da comunhão dos debenturistas não exercer o direito de veto, deverá convocar uma Assembléia de Debenturistas para decidir qual providência tomar, Assembléia essa que só poderá deliberar pela totalidade dos titulares das debêntures em circulação.

3.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade para se basear nas deliberações societárias e atos da administração da EMISSORA, ou ainda qualquer documento ou registro que considere autêntico, e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido.

4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, representando os mesmos em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, devendo ainda:

a) declarar, observadas as condições desta emissão, e em especial o disposto no sub-item VIII.1., antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES, e cobrar seu principal e acessórios;

b) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas titulares de debêntures com tal garantia real;

c) assumir, em caso de ocorrência de algum dos eventos previstos nos sub-itens VIII.1.a. e "b", o controle da disposição e liquidação dos direitos creditórios existentes no ativo da EMISSORA.

4.1. Na ocorrência dos eventos descritos nos itens 1.g a 1.j, 1.o e 1.p do Capítulo VIII desta Escritura, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará uma Assembléia de Debenturistas para avaliação do comprometimento do recebimento.

4.1.1. Na ocorrência do evento descrito no item 1.1 do Capítulo VIII desta Escritura, e, cumulativamente, a rescisão ali prevista tenha se devido a

ocorrência de um dos itens de 1.g a 1.j, 1.o e 1.p do Capítulo VIII desta Escritura, serão aplicados os procedimentos previstos neste item 4.1.

4.1.2. Caso seja aceito pela unanimidade dos debenturistas, serão aplicados os procedimentos previstos no item 4.2. abaixo.

4.1.3. Caso não ocorra a hipótese prevista no sub-item 4.1.2. supra, a emissão prosseguirá, considerando-se, neste caso específico, relevado o evento de liquidação.

4.2. O vencimento antecipado das Debêntures implica a adoção dos seguintes procedimentos abaixo:

a) o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, discricionariamente, determinar a imediata substituição da PRESTADORA, no desempenho do Contrato de Prestação de Serviços, caso entenda que os serviços da mesma não oferecem mais o adequado grau de confiabilidade, ficando automaticamente substabelecidos, sem reserva, em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO ou do novo PRESTADOR que vier a ser contratado, todos os mandatos outorgados pela PRESTADORA e pela EMISSORA para a execução do disposto no presente mandato;

b) a EMISSORA deverá comunicar imediatamente aos debenturistas a ocorrência do evento e a declaração da antecipação do vencimento das Debêntures, aplicando-se o produto do Fundo de Amortização no respectivo pagamento total ou parcial, neste último caso proporcionalmente entre os titulares das Debêntures;

c) a PRESTADORA (ou a nova PRESTADORA) deverá comunicar aos Clientes do Sistema de cartão de Crédito Mesbla que o pagamento mínimo dos créditos será de 100% (cem por cento), isto é, que haverá a suspensão do crédito rotativo;

d) a adoção pela PRESTADORA (ou pela nova PRESTADORA) de todos os procedimentos previstos na Cláusula 26 da Seção II do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e Outros Pactos.

4.2.1. A PRESTADORA (ou pela nova PRESTADORA) envidará seus melhores esforços no sentido de prosseguir efetuando a reaquisição dos Direitos Creditórios integrantes da Garantia, que não tenham sido integralmente liquidados no respectivo vencimento, diretamente ou não.

4.2.2. Não ocorrendo a reaquisição prevista no item 4.2.1. supra, aplicar-se-á o disposto no item 1.4, Seção I do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e Outros Pactos, podendo a PRESTADORA (ou a nova PRESTADORA) proceder à cobrança do valor dos Direitos Creditórios integrantes da garantia, judicial ou extrajudicialmente, revertendo em favor da EMISSORA, todos os acréscimos penais ou moratórios pagos pelos Clientes, para aplicação na liquidação do valor das Debêntures, aplicando-se a restrição constante do item 14 da Seção II do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e Outros Pactos, no tocante à limitação a qualquer tipo de redução ou relevação dos citados acréscimos penais ou moratórios devidos pelos Clientes.

4.2.3. Caso, após o pagamento à PRESTADORA do valor dos Direitos Creditórios integrantes da Garantia, e a liquidação integral das debêntures, exista saldo eventual remanescente nas Contas Vinculadas, o referido saldo reverterá a favor

W

da EMISSORA, que poderá livremente utilizá-lo.

4.2.4. O exercício das atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO previstas na Seção III do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e Outros Factos e nesta Escritura, será sempre limitado por decisão em contrário da Assembléia de Debenturistas, tomada pelo "quorum" mínimo de 2/3 (dois terços) das DEBÊNTURES em circulação.

5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO - A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.1. O ressarcimento a que se refere este sub-item VII.5, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.2. As despesas a que se refere este sub-item VII.5 compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do sub-item VII.5.1., será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das DEBÊNTURES, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.4. Para atender ao pagamento, total ou parcial, das despesas que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha de realizar para atender aos interesses dos Debenturistas, será efetuado, pela EMISSORA, um depósito em conta corrente bancária, a favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, da quantia de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), até 48 (quarenta e oito) horas após a colocação ao público da totalidade das DEBÊNTURES.

VIII. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente Emissão com relação às respectivas DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das mesmas DEBÊNTURES, acrescido de atualização monetária calculada na forma do sub-item IV.A.6, juros e prêmio, se houver, na ocorrência das seguintes hipóteses:

78

a) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pela EMISSORA;

b) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pela Mesbla S.A. e/ou qualquer uma de suas controladas;

c) caso a EMISSORA descumpra o seu estatuto social, notadamente no que tange às restrições estabelecidas ao respectivo objeto social;

d) em caso de declaração judicial, administrativa ou por decisão judicial, da dissolução da EMISSORA e/ou de sua liquidação;

e) em caso de se verificar a cessão de créditos que não atendam aos requisitos de elegibilidade fixados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e comunicados previamente à EMISSORA em percentual superior a 5% (cinco por cento) do valor dos créditos cedidos, sem o devido enquadramento no prazo de 2 (dois) dias úteis após a comunicação do AGENTE FIDUCIÁRIO;

f) caso a EMISSORA deixe de cumprir as obrigações aqui estabelecidas, notadamente no que tange ao pagamento das obrigações e ao item VI - "Obrigações Adicionais da Emissora", não sendo sanada a omissão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data em que a EMISSORA for notificada por escrito da mesma omissão;

g) caso o penhor contrarie as restrições estabelecidas no sub-item V.1. supra por mais de 2 (dois) dias consecutivos;

h) haver ocorrido a manutenção de uma taxa de inadimplência acumulada, assim entendidos os créditos vencidos e não pagos há mais de 16 dias, inclusive, e menos de 30 dias, inclusive, referente à Carteira de créditos global da Presta Administradora de Cartões de Crédito Ltda superior a 30% (trinta por cento) ou perda na citada Carteira de créditos superior a 5% (cinco por cento) do seu respectivo valor;

i) extinção, alteração nos critérios de apuração ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares que não mais permitam sua utilização como indexador dos contratos cedidos a Emissora ou nas emissões de debêntures, respectivamente do TRD e do IGP-M;

j) inviabilização pela superveniência de normas legais ou regulamentares da cessão de direitos creditórios nas condições previstas no sub-item V.1 supra, sem que ocorra a inclusão no PENHOR de ativos financeiros aprovados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em igual volume ao dos direitos creditórios cuja cessão seja inviabilizada;

k) não haver incorrido a aquisição pela Mesbla S.A. e/ou suas controladas, ou por sociedade por ela indicada dos créditos, ou da respectiva parcela, que não tenham sido liquidados no respectivo vencimento.

l) se, por qualquer motivo, for rescindido qualquer um dos Capítulos de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e Outros Pactos, referido no Título VI, Item 2, alínea f desta Emissão.

m) em caso de fusão, cisão, incorporação da PRESTADORA ou de outra sociedade pela PRESTADORA, sem a prévia autorização do AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) dissolução ou liquidação da PRESTADORA e/ou de instituições financeiras controladas pela Mesbla S.A..

o) caso, do volume total de créditos aprovados pela PRESTA, em cada mês, mais de 25% (vinte e cinco por cento) dos mesmos tenham sido aprovados em desacordo com as políticas de concessão de crédito previstas no Anexo III ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e Outros Pactos;

p) na ocorrência de eventos graves de natureza econômica ou financeira, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, tais como planos econômicos divulgados pelas autoridades monetárias.

1.1. Qualquer debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES, na forma e para os fins previstos neste sub-item VIII.1, nas hipóteses descritas nas letras "a" a "f", "l" a "n" supra.

IX. DA RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

X - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das DEBÊNTURES poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

2. A assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das DEBÊNTURES em circulação.

3. Aplica-se à assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação com relação a qualquer dos assuntos aqui previstos que exija aprovação dos Debenturistas, respeitado o disposto no Capítulo VII, 2.2 e 3.s) desta Escritura.

XII - DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a escritura de emissão, ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicidade desta última na forma legal.

XIII - AVISOS E PUBLICAÇÕES LEGAIS

Publicações Legais - Todas as informações e comunicações de caráter geral aos Debenturistas, assim como qualquer publicação legalmente exigida deverá ser feita no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Gazeta Mercantil.

XIV - DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

XV - FORO

O Foro da presente Escritura será o da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

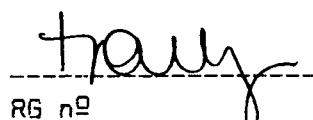
E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que também a assinam.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1992.

MESBLA TRUST DE RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO S.A.

MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK

Testemunhas:


RG nº _____
CIC nº _____

RG nº _____
CIC nº _____